

Os alevantes populares na Primeira República: Continente, Açores e Madeira, 1910-17*

DAVID LUNA DE CARVALHO

Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa – ISCTE
davidlunadecarvalho@gmail.com

Resumo: Apresenta-se, de modo resumido, a tipologia, quantificação, seriação, cartografia e análise dos tumultos, levantes ou alevantes com que a República se deparou entre 1910 e 1917. Com os mais variados pretextos, a grande maioria destes levantes envolveram razões de natureza político-religiosa. A laicização do Estado e da vida pública constituíram o principal motivo dessas resistências abertas e quando, em 1914, já se dissipavam, eclodiu a Primeira Grande Guerra. Com o seu advento, surgiu um novo ciclo de levantes, agora com pretextos de natureza económica e social. Nesse contexto, no quadro de uma «economia moral» advogada pelas populações, a teologia rigorista das missões populares, implementadas a partir da segunda metade do século XIX, parece ter encontrado a sua grande justificação. A partir de 1916 houve relatos de um número invulgar de aparições que culminaram nas de Fátima em 1917.

Palavras-chave: Resistências populares, Laicização, Primeira República Portuguesa, Economia moral, Aparições Marianas.

Abstract: We present the typology, quantification, serialization, mapping and analysis of the riots against the First Republic between 1910 and 1917. With a wide variety of pretexts, the vast majority of riots involved political-religious reasons. The laicization of the state and public life were the main reasons for the resistance. With the advent of the First World War in 1914, a new cycle of riots with economic and social pretexts began. In this context, as part of “moral economy” advocated by the people, the rigorous theology from popular catholic missions, implemented from the second half of the nineteenth century, seems to have found their main justification. From 1916 there were reports of an unusual number of appearances that culminated in Fatima in 1917.

Keywords: Popular resistance, Laicization, First Portuguese Republic, Moral Economy, Marian apparitions.

* Texto elaborado a partir da comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História “Religião, Sociedade e Estado: 100 Anos de Separação” realizado em Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa, de 13 a 16 de Abril de 2011.

O fenómeno social

Alevantes, levantes, tumultos são expressões utilizadas por economia de exposição, mas que se baseiam em concepções como a de Charles Tilly, segundo as quais os movimentos sociais realizam-se através de modos de agir baseados em formas de acção bastante precisas, transmitidas e reformuladas culturalmente, ou seja através de um “repertório de acção colectiva” que pode ser tradicional ou moderno.

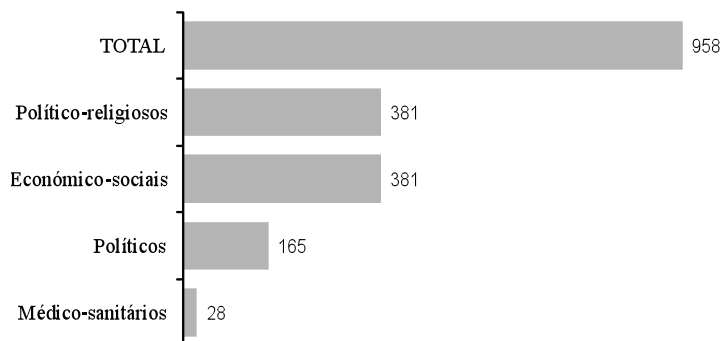
No nosso caso, todas as acções colectivas detectadas, todos os alevantes, enquadram-se no “repertório tradicional”, pois têm uma incidência geográfica pouco abrangente e apelam ao paternalismo.

Começemos por verificar como se podem sistematizar considerando os tipos de pretexto e uma sequencialidade cronológica de acordo com o primeiro caso.



Como se verifica, os pretextos são de âmbito médico-sanitário, político-religioso, político e económico-social.

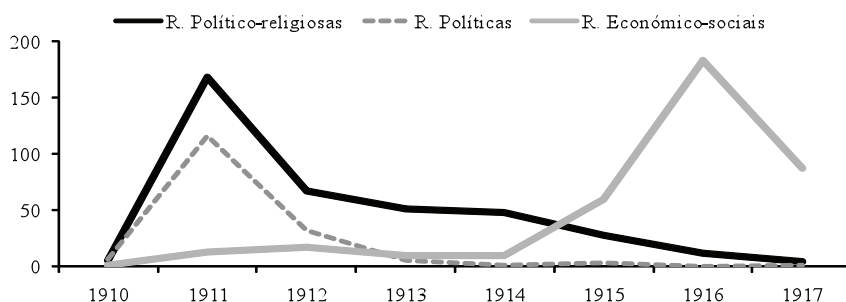
O quantitativo dos tumultos que estudámos foi o que se apresenta no gráfico seguinte:



Todos os tumultos, com todos os pretextos, localizaram-se sobretudo a norte do Mondego e foram maioritários no distrito do Porto. Os tumultos político-religiosos foram mais dispersos, os políticos ocuparam as zonas mais raianas e os económico-sociais foram mais concentrados.

Serialmente os processos conflituais de que tratamos realizaram-se em dois ciclos, um com o seu pico em 1911 e residual após 1914, englobando os alevantes

com pretextos político-religiosos e políticos, e outro emergente após 1914 e com o pico em 1916, constituído exclusivamente pelas acções colectivas devido a questões sócio-económicas.



Os tumultos com pretextos médico-sanitários

Os alevantes contra medidas de controlo médico-sanitário devido a epidemias foram os primeiros a eclodir após a revolução de 5 de Outubro de 1910.

A 20 de Outubro de 1910, quinze dias após a revolução republicana, verificaram-se os primeiros casos de uma epidemia de *colera morbus* no Funchal. Depois de declarada a epidemia e de estabelecidas as medidas de controlo médico-sanitário, as resistências, latentes ou activas, não tardaram. O primeiro de 14 tumultos devido às medidas de controlo médico-sanitário na Madeira verificou-se exactamente na cidade do Funchal no dia 1 do mês do pico de morbilidade, o mês de Dezembro e pautou-se por uma tentativa de libertação dos doentes do lazareto.

No mesmo mês, na noite de 11 para 12, eclodiu o maior dos levantes contra as prescrições médico-sanitárias devidas à cólera. Os povos do concelho do Machico, nomeadamente as freguesias do Caniçal, St.º da Serra e Porto da Cruz, tocaram os búzios, sublevaram-se e desceram à sede de concelho. O administrador do Concelho e alguns influentes locais tentaram intervir pacificamente, mas além de não terem sido atendidos foram obrigados

“a porem-se à frente do povo, em direcção à capela do Senhor dos Milagres. Ali foram obrigados a ajoelhar e a fazer oração [impondo-se] ao Snr. Administrador do Concelho o compromisso de «administrar pela lei antiga», depois do que seguiram para o forte do cais [onde se previa a instalação do posto de isolamento]. O Snr. Administrador do concelho, a quem entregaram uma bandeira monárquica içada num pau, foi obrigado a fixá-la na esplanada do mesmo forte, levantando-se por essa ocasião muitos vivas”¹.

1 O Mundo, nº 3643, 1910.12.20.

No continente, a 15 de Fevereiro de 1911, e em Castelo Branco, eclode também um tumulto devido à proibição da realização de uma procissão devido ao perigo de contágio no contexto de uma epidemia de varíola. Este tumulto foi tão importante que acabou por ser considerado o caso fundador das resistências de âmbito político-religioso, tendo constituído mesmo o pretexto para a elaboração do primeiro “Decreto Proibitivo” relativamente aos cultos, a 15 de Fevereiro de 1911.

Outro dos pretextos dentro do âmbito médico-sanitário foi o da obrigatoriedade da revacinação. Em Abril de 1911 alguns concelhos do distrito da Guarda, especialmente o de Celorico da Beira, tinham sido palco de grande resistência à revacinação anti-variolica que parece ter sido, embora a uma escala muito menor, o equivalente português à “revolta da vacina” ocorrida na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1904². em todas as povoações do concelho, corria a “galga (..) de os professores tirarem o sangue dos seus alunos –debaixo da cova do braço– para com ele escreverem os seus nomes, deles alunos, no livro da Maçonaria!!! ...”³.

As próprias autoridades tiveram de recorrer à ajuda do clero, pedindo-lhe para desmistificar tal ideia.

Finalmente, a última grande categoria de levantes com pretextos de natureza médico-sanitária teve a ver com a reafirmação da proibição de enterramentos dentro de igrejas. De facto a República voltou a legislar sobre a questão dos enterros no interior das igrejas a 10 de Novembro de 1910⁴ e existem registos sobre este tipo de inumações nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Bragança, Castelo Branco e Vila Real de Trás-os-Montes.

Como exemplo de tumultos contra a referida reafirmação de proibição, sabemos que a 2 de Junho de 1911 eclodiu um tumulto em S. Mateus da Ribeira, Terras do Bouro, Braga, contra a tentativa de trasladação de um corpo para o cemitério, tendo sido necessária a intervenção de uma força de 30 praças de cavalaria. Embora se tivessem verificado prisões, a resistência popular foi de tal dimensão que a trasladação só se realizaria cerca de dois meses depois, a 21 de Julho⁵.

Os tumultos de âmbito político-religioso

O primeiro grande conjunto de levantes com pretextos político-religiosos ocorreu no âmbito dos cultos. A 20 de Fevereiro de 1911, com a data de 18, surgiu

2 Entre os dias 10 e 18 de Novembro de 1904, a cidade do Rio de Janeiro viveu o que chegou a ser considerado como a revolta popular mais terrível da República. Envolvendo cerca de 3000 revoltosos, a revolta teve como pretexto uma lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola e, como consequência da repressão, saldou-se em 30 mortos, 110 feridos e 1000 detidos. (Cf. *Revolta da Vacina*, MEILHY, J.C. & BERTOLLI FILHO, C., Ática, S. Paulo, 1995).

3 In VASCONCELOS, José Leite, *Opúsculos*, Vol. V, Etnologia, Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 597.

4 Oliveira Marques foi um dos primeiros a assinalar este facto ainda muito despercebido pela historiografia. Cf. MARQUES, A. H., “Igreja, Igrejas e Cultos” in *Nova História de Portugal*, Vol. XI, p. 494.

5 Cf. *Comércio do Minho*, nº5704, 1911.06.08 e nº5722, 1911.07.22.

um decreto sobre a obrigatoriedade do registo civil que interferiu com o normal decorrer dos cerimoniais fúnebres religiosos, proibindo-os em espaço público não especificamente religioso.

De facto a *Lei do Registo Civil Obrigatório*, no seu artigo 269º, determinava que os cortejos fúnebres “não poderiam ter carácter público diferente pelo facto de serem civis ou religiosos”⁶. Pressupondo-se o primado do civil e não se aludindo a qualquer possibilidade para a sua permissão, a sua interpretação óbvia e imediata foi a de que “proibia” os cortejos fúnebres religiosos.

A 3 de Março de 1911, no concelho de Lousada, distrito e diocese do Porto, eclodiram os primeiros três tumultos tendo como pretexto a referida proibição e, especificamente, a tentativa do seu cumprimento pelos próprios párocos. Isto mesmo depois de, com medo de *conflitos passionais de natureza religiosa*, terem surgido circulares substituindo a proibição por medidas apenas restritivas como a da necessidade de pedido de autorização ao poder civil.

Mesmo com todas as medidas de desanuviamento posteriores ao decreto de 18 de Fevereiro de 1911, surgem 3 tumultos com a singularidade de preconizar um objectivo global: preservar o status quo político-religioso anterior à República. Estes casos localizaram-se em regiões muito periféricas e ocorreram todos em 1911, antes da publicação da *Lei da Separação*. O primeiro destes conflitos verificou-se a 28 de Março no Nordeste de S. Miguel nos Açores, o segundo a 9 de Abril em Fontelonga, Carrazeda de Anciães, Bragança, o terceiro a 16 do mesmo mês em S. Vicente no Funchal.

No Nordeste, por exemplo, chegou a exigir-se e a conseguir-se uma autorização, por escrito, para que todos os actos religiosos, nomeadamente os enterros religiosos, continuassem a realizar-se como antes, pela *Lei Antiga*.

Depois da lei da separação, que consagra a desdramatização da lei do registo civil, continuam a suceder levantes, mas agora devido sobretudo ao clero não pedir autorização ao poder político para efectuar procissões, de modo a não lhe demonstrar o reconhecimento de legitimidade em matéria religiosa. Não obstante, o número destes conflitos é cada vez menor devido, sobretudo, a uma grande descentralização do poder de atribuir as licenças que chega a pertencer aos regedores.

Ainda no âmbito político-religioso, a partir de 4 de Março de 1911 – antes da Lei de 20 de Abril de 1911 – eclodiram também alevantes cujo pretexto teve a ver com a desobediência do clero, sobretudo devido à proibição de leitura da Pastoral dos Bispos Portugueses ao clero e aos fiéis e com as consequentes acções de fiscalização. Os casos onde o poder político se deparou com maior número de desobediências

6 Cf. *Diário do Governo*, nº 41, 20.02.1911, p. 660. No jornal *O Mundo*, transcrito por muitos outros periódicos regionais, fez-se uma resenha da nova legislação sobre os cultos e, em dois pontos, escrevia-se: “1- O Decreto de 15 de Fevereiro proibiu o culto externo, salvo com a autorização da autoridade administrativa, 2- O Código do registo Civil estabeleceu que os funerais religiosos não se podem assumir publicamente como tal”. (Cf. *O Ecos do Minho*, nº 21, 1911.03.19)

sucederam especialmente nas parcelas dos distritos abrangidos pela diocese do Porto, no próprio distrito do Porto e no distrito de Aveiro⁷. Os registos recolhidos são unânimes em considerar que os tumultos foram em defesa dos párocos e, na sua esmagadora maioria, revelam-nos que estes levantes se deveram à expectativa da sua detenção e não à sua detenção de facto.

A terceira e última categoria dos alevantes no âmbito político-religioso relaciona-se com os bens e a organização das igrejas. A sua expressão máxima ocorreu já depois da Lei da Separação, sobretudo com a oposição aos arrolamentos dos bens das igrejas. Foram também estes tumultos que colocaram Trás-os-Montes na geografia dos alevantes de natureza político-religiosa.

Para exemplo podemos citar os tumultos contra os arrolamentos no distrito de Bragança em Agosto de 1911, envolvendo 5 localidades.

Em S. Clemente, Celorico de Basto, Braga, no dia 2 de Agosto, as espingardas foram apenas exibidas, mas em Bragança as “armas de fogo” conjuntamente com “foices, chuços, machados, espetos e ganchos de ferro” chegaram a ser apontadas às comissões. No dia 17, no concelho de Mogadouro, em Brunhoso, com participação das populações de Remondes e Soutelo Mourisco e depois de um novo caso de abertura de sacrários em Mogadouro que indignou todo o concelho, os agentes da comissão de inventários “foram obrigados a dar vivas à Santa Religião e à Monarquia, com a ameaça de uma arma de fogo apontada”. Ainda em Agosto e em Bragança, no dia 23, a população de Fonte Longa, freguesia de Vilariça, Carrazeda de Ansiães, “preparava-se para receber a comissão a tiro mas esta apresentou-se com uma força militar e nada lhe sucedeu”.

Os levantes com pretextos políticos

Os pretextos para estes tumultos são sobretudo dois: a oposição à propaganda republicana, civil ou militar (36 tumultos), e o apoio aos incursionistas monárquicos (99 tumultos).

A oposição à propaganda republicana é o único caso de tumultos políticos que antecede o 5 de Outubro de 1910. Estes tumultos contra o republicanismo chegaram a motivar reflexões sobre o que poderia vir a suceder no caso de os republicanos continuarem a manifestar-se em zonas menos favoráveis.

Em Setembro de 1909 o administrador do concelho de Tomar terminava o seu relatório ao governador civil de Santarém sobre um conflito ocorrido na freguesia da Serra, concelho de Tomar, dizendo que era de lamentar que a continuação de comícios

7 A 5 de Março de 1911 nas freguesias do Concelho de Aveiro pertencentes à diocese do Porto: Aveiro, Arouca, Moldes, Burgos, St^a Eulália, Rossas, Canelas, os respectivos párocos leram parcialmente a Pastoral. Devido a este facto foram intimados a comparecer junto do Administrador no dia seguinte, ficando em liberdade sob condição de no dia 7 se apresentarem no Governo Civil do Porto. (Cf. *Gazeta de Arouca*, nº289, 1911.03.11)

republicanos organizados em vários pontos do país contribuiu “de forma assombrosa para a anarquia dos espíritos, levando as populações rurais, do seu natural pacíficas e ordeiras, aos maiores desmandos, às maiores violências, aos embates mais terríveis, ficando ainda como sementeira daninha, ódios profundos entre populações e vizinhos que no futuro devem produzir factos de uma anarquia perigosa”⁸.

Depois, já na Primeira República decorreu o que parece ter sido o primeiro envolvimento dos militares em propaganda política e ideológica tendo como referente fundamental a *Lei da Separação*.

A primeira iniciativa de acções de propaganda republicana por meio do exército envolveu a 2ª Divisão Militar que abrangia os distritos de Viseu e Guarda e, com excepção do concelho do Fundão, o distrito de Castelo Branco. O seu objectivo foi o de obstar a previsíveis tumultos dos paroquianos devido à expectativa de uma greve dos párocos como reacção à publicação da *Lei da Separação*. A 31 de Maio de 1911, um mês após a publicação da *Lei da Separação* e um dia antes da sua entrada em vigor, a Secretaria da Guerra autorizou a deslocação de tropas para propagandear as Leis da República, em especial a Lei da Separação do Estado das Igrejas.

Com um objectivo idêntico à missão anterior, a segunda acção militar de propaganda foi promovida pelo Directório Republicano em conjunto com alguns militares e destinou-se aos distritos de Vila Real e Braga. O primeiro distrito percorrido, entre 1 de Julho e 5 de Agosto, foi o de Vila Real de Trás-os-Montes. No distrito de Braga a propaganda militar iniciou-se a 5 e terminou a 13 de Agosto de 1911.

A reacção mais violenta aconteceu a 27 de Julho de 1911 na localidade de “Palheiros de Baixo” no concelho de Murça, Vila Real de Trás-os-Montes. Quando a Missão se aproximou da localidade ouviu-se “vivas à Monarquia” e “morras à República”. O povo apresentou uma atitude desconfiada e hostil. Homens e mulheres com foices roçadeiras cercaram os oradores dizendo que não os queriam ouvir porque eles queriam roubar os Santos. Apesar da perseguição popular com o arremesso de pedras, os propagandistas conseguiram fugir no seu carro puxado por cavalos.

Os alevantes de apoio aos incursionistas monárquicos ocorreram sobretudo em Setembro e Outubro de 1911 e Julho de 1912, reflectindo a sua tentativa de coordenação com as colunas incursionistas monárquicas. Assim, relativamente a outras variedades de resistência, as acções de apoio ao incursionismo foram ofensivas, geralmente armadas e coordenadas a um nível que transcendeu a relação de vizinhança entre freguesias constituindo movimentos concelhios e inter-concelhios, deslocando-se em conjunto para as sedes de concelho com o objectivo de corresponder ao movimento monárquico.

Demonstrando a importância atribuída à rebelião interna, Paiva Couceiro chegou a explicar que a acção incursionista longe de ter constituído uma tentativa

8 Cf. *O Rebate*, nº 81, 1911.02.23

de conquista do país, ter-se-ia pautado sempre pela sua dependência de movimentos internos que lhe superasse a debilidade das suas colunas. Estes movimentos teriam por objectivo a sua intervenção como um pretexto para uma rebelião contra o regime⁹.

Existem muitas e pormenorizadas menções a motivações religiosas nos movimentos de apoio às incursões.

Para exemplo podemos reter que *Felgueiras* tinha sido surpreendida na manhã de sábado, dia 30 de Setembro de 1911, pela aglomeração de milhares de homens e mulheres das diferentes freguesias do concelho. Munidos de espingardas, varapaus, foices e machados, esta multidão percorria o largo e as diversas ruas em manifestações a Couceiro, à Monarquia, a D. Manuel, à Religião Católica e morras à República, tendo chegado a arvorar uma bandeira azul e branca na varanda dos Paços do Concelho¹⁰. Em Stº Tirso avultava o “mulherio” cantando “o Avé e ladainhas ...” e, falando-se dos líderes do movimento de cada freguesia, dizia-se que eram os párocos e “outras pessoas gradas”. Em Castelo Branco e Bragança o mesmo se passou e pode saber-se que em Macedo de Cavaleiros as palavras de ordem vitoriam de novo a bandeira das “Cinco Chagas” em associação com a Santa Religião e a Monarquia. Além disto o primeiro gesto dos revoltosos foi o de libertar um padre que estava preso com o seu pai na cadeia local¹¹.

Os Alevantes de âmbito económico-social

Embora os problemas de abastecimento cerealífero fossem anteriores à República, desde 1910, até ao termo de 1917 eclodiram numerosos tumultos tendo como pretexto a escassez e carestia devido a atravessamentos e açambarcamentos.

Na sua esmagadora maioria, estes conflitos não se pautaram pelo impedimento da circulação de cereais no concelho nem pelo seu saque. Verificou-se o respeito por um espaço, considerado legítimo, de circulação – o concelho – e a fixação de um preço, considerado justo, para as transacções foi escrupulosamente respeitado. Geralmente os bens apreendidos eram levados para junto dos paços do concelho e entregues à supervisão do administrador, este era compelido a tabelar os bens de subsistência apreendidos tendo em consideração o “preço justo” que todos pudessem pagar. Além disto também se recordava à autoridade concelhia o costume imemorial de que o comércio de cereais apenas podia decorrer na área do concelho em tempo de crise. Esta economia moral não era estranha às autoridades; muitas vezes estas colaboravam directamente com as populações no processo de vigilância do atravessamento e/ou açambarcamento de grãos.

9 In DIAS, Carlos Malheiro, *Ciclorama crítico de um tempo* (Antologia), Lisboa, Veja, 1982, p. 106-107.

10 Cf. *O Jornal de Felgueiras*, nº 6, 1911.10.06.

11 Cf. *República*, Lisboa, nº 281, 1911.10.25.

No continente, o concelho de Lousada, distrito do Porto, foi o mais representativo de tumultos contra a escassez e o encarecimento de subsistência. Nos arquipélagos, o melhor exemplo ocorreu no concelho de Nordeste na Ilha de S. Miguel nos Açores.

Em Lousada os tumultos contra a escassez e a carestia sucederam-se durante quatro anos: 1912, 1915, 1916 e 1917.

Em 1912 nas freguesias de Nespereira e Nevogilde, a simples eminência de um levantamento popular contra o açambarcamento de milho foi suficiente para que este fosse colocado no mercado.

Em 1915, contudo, a ameaça de tumultos populares já não bastou. A resistência iniciou-se em Maio, perdurou até Dezembro e prosseguiu nos primeiros meses do ano de 1916. Nesta fase a luta não foi apenas contra o açambarcamento, mas também contra o atravessamento de bens de subsistência e, se em Maio ainda não se tinha evocado um “preço justo” nem tinha havido a intervenção de força militar para a repressão de tumultos, a partir daí estes elementos foram usuais.

No Nordeste de S. Miguel os alevantes com motivações sociais e económicas estiveram associados aos pretextos de natureza religiosa. Em 1911 os pretextos económico-sociais decorreram do atravessamento de milho e a apropriação de foros votivos de “matos do povo”. Uma das nossas fontes orais explicava que os alevantes tinham sido quase todos na época da implantação da República uma vez que havia leis muito rigorosas na Igreja. O povo tê-las-ia considerado instrumento de tirania e por isso se alevantava cantando quase sempre: “ - Queremos paz! ... Queremos alimentos! ... “

A associação entre “paz (político-religiosa) e “alimentos” no Nordeste enquadrava-se numa cultura de resistência concelhia que utilizava os mesmos meios de luta independentemente do seu pretexto. Com a aparente anuência de todas as comunidades do concelho, apenas as que eram fronteiriças com concelhos vizinhos se alevantavam. Eram elas que podiam ter a certeza de que uma travessia de produtos de subsistência era um “atravessamento”, ou seja, uma travessia para outro concelho, considerada ilegítima pelos costumes da população concelhia, assim especializaram-se na vigilância e resistência.

Qual a relação entre os vários tipos de alevantes? A resposta já é óbvia: o processo laicizador, pois se é claro que a relação entre os políticos-religiosos e os políticos é estreita, também existem alguns elementos, além do Nordeste, que relacionam o ciclo de levantes económico-sociais com os político-religiosos:

Em Lousada, por exemplo, verifica-se o enquadramento da questão económica numa moralidade com envolvimento religioso através de uma aproximação do clero católico aos seus paroquianos.

Logo em Outubro de 1911 um dos párocos de Lousada tinha estabelecido um vínculo moral entre a “impiedade” republicana e a continuidade de uma política

fomentadora de crises cíclicas de abastecimento; o mal-estar económico do povo devia-se à República. Esta não tinha conseguido evitar o encarecimento dos géneros de subsistência, “pois em vez de beneficiar os pobres gastava na criação de escolas”.

O padre de Lousada não foi um caso único, depois da revolução republicana tomou-se patente que alguns membros do clero passaram a incidir sobre a política social e económica do novo regime. O seu intento era o de demonstrar que, face à mesma política da Monarquia Liberal, os republicanos tinham piorado a vida das comunidades por terem eclipsado a base da moral com a “destruição” da religião que empreendiam, tendo passado a haver muito menos escrúpulos nos negócios. Tentando reerguer essa moralidade de carácter económico e social, algum clero centrou-se na reabilitação de instituições muito antigas de assistência económica com fundamentos morais e religiosos: os “Montes da Piedade”.

Em Novembro de 1911 a questão dos Montes da Piedade foi colocada a nível nacional. Através do Projecto para a Obra do Fundo do Culto, o clero católico desobediência à República referia que as medidas de milho que se recolhessem constituiriam um celeiro anexo à «Beneficência Cristã». Dele cada chefe de família poderia obter, mediante fiador idóneo, as medidas que necessitasse para seu uso, ao preço de 500 reis por um prazo que se julgasse conveniente.

Em 1913 os apelos na “Boa Imprensa” à formação de sindicatos agrícolas católicos com o objectivo de responder às “perseguições do governo anticlerical” reavivaram a questão. Apontando exemplos estrangeiros, nomeadamente o da criação de caixas rurais de crédito popular na Alemanha, considerava-se estas associações como fortemente potencializadoras de uma acção moral católica. Assim convidava-se os párocos rurais e “todos os homens de boa vontade” a consagrar-se “à grande e generosa empresa, praticando na *vida social* a profissão religiosa por meio da caridade cristã cuja origem e fonte [era] o amor de Deus”¹².

O apelo à acção social da Igreja Católica no domínio agrícola como modo de resistência ao governo considerado anti-religioso da República parece ter surtido algum efeito apenas em 1916, ano de maior resistência à escassez e à carestia. O pároco da freguesia dos Milagres no concelho de Leiria reavivou efectivamente a tradição dos “Celeiros Paroquiais”, reabilitando-os e contrapondo-os ao Celeiros Concelhios de modo a concorrerem com o poder político-administrativo no controlo das crises de subsistência e demonstrar que a Igreja era a melhor guardiã de uma economia moral de fundamento católico.

Outra das relações interessantes entre o conjunto dos tumultos de âmbito económico e social de repertório tradicional e a religiosidade das populações resultou

12 *Correio da Beira*, nº 190, 1913.01.22.

do facto de o pico do seu contra-ciclo ter estado associado a um crescendo inusitado de aparições.

Os anos de 1916 e 1917 foram aqueles em que os tumultos com motivações económicas e sociais tiveram a sua maior expressão, mas também aqueles em que se verificou um imenso crescendo de milagres sob a forma de Aparições. A importância destas Aparições deve ter em conta que seis delas – em Fátima – deixaram a sua marca duradoura até hoje com a constituição de um culto nacional inexistente até então.

A relação entre os tumultos com motivações sociais, sobretudo em defesa da subsistência, e o crescendo de milagres não sendo linear tem de ser contextualizada na intervenção portuguesa na I Grande Guerra. Num contexto de sofrimento proporcionado pela escassez, pela grande especulação com a subsistência e pela incorporação massiva de soldados para a frente de combate com todas as suas consequências, o tema fundamental de todas as Aparições foi precisamente a guerra. A guerra de que as Aparições falaram teve, porém, uma característica que tudo leva a crer ter decorrido do «rigorismo» teológico com que as missões populares apresentavam o seu Deus: a guerra era um «Castigo de Deus» contra a impiedade republicana e aqueles que a permitiram.